



REFLEXÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL (1810-1830)

REFLECTIONS ON SLAVERY IN BRAZIL (1810-1830)

Por:

Andréia Firmino Alves

E-Revista Facitec, v.5, n.1, Art.5, ago-dez 2010.

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site www.facitec.br/erevista.



REFLEXÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL (1810-1830)

REFLECTIONS ON SLAVERY IN BRAZIL (1810-1830)

RESUMO

O artigo trata das reflexões de intelectuais sobre a escravidão no Brasil entre 1810 e 1830. Busca-se compreender como alguns intelectuais luso-brasileiros discutiram o regime de trabalho escravo no Brasil a partir da associação entre a revolta de São Domingos (Haiti) ao contexto socioeconômico brasileiro, no qual o regime de trabalho escravo era fundamental. A revolta escrava de São Domingos iniciou o processo de independência do Haiti e causou, nos domínios escravistas, na América, medo de revoltas escravas semelhantes. Enfatiza-se que a discussão da escravidão no Brasil, nos primeiros anos do século XIX, esteve relacionada às questões de segurança, medo, formação social homogênea e defesa do Estado.

Palavras-chave: escravidão, Brasil, revoltas escravas.

ABSTRACT

The article presents the reflections of scholars on slavery in Brazil between 1810 and 1830. It tries to understand how some intellectuals discussed the Luso-Brazilian slave labor in Brazil from the association between the uprising of Santo Domingo (Haiti) to the socio-economic environment in Brazil, for which the slave labor was essential. The slave uprising in Santo Domingo gave rise to the process of Haiti's independence and caused the slaveholders in America to fear slave revolts like Haiti's. The article emphasizes that the discussion of slavery in Brazil in the early years of the nineteenth century was related to security issues, fear, social formation and State defense.

Keywords: slavery, Brazil, slave revolts.



INTRODUÇÃO

Entre 1810 e 1830, o contingente de escravos no Brasil totalizava 1.930.000 indivíduos, quase metade da população da colônia. Nas plantações, nas regiões de mineração e nas cidades, milhares de escravos executavam as mais variadas atividades. Nas casas ricas e abastadas ou nas moradas pobres, os escravos se ocupavam dos serviços domésticos e da higiene pessoal dos seus senhores. Os estrangeiros que visitavam o Rio de Janeiro ou outras cidades costeiras ficavam admirados com o elevado número de escravos que viam pelas ruas e nas residências, ocupados em diferentes modalidades de trabalho.

No Brasil da primeira metade do século XIX, era muito remota a ideia de uma rápida transformação dos trabalhadores escravos em homens e mulheres livres. Principalmente os plantadores de gêneros para exportação possuíam imensas somas de capital investidas em mão de obra escrava e dependiam do tráfico transatlântico para a renovação constante da população cativa. Nas décadas de 1810 e 1820, somente um reduzido número de luso-brasileiros que ocupavam posições de influência na sociedade preocupava-se com a questão do tráfico negreiro ou com a abolição da escravidão.

Neste artigo, analisam-se as reflexões de alguns intelectuais sobre a escravidão no Brasil entre 1810 e 1830. Essas reflexões sobre a escravidão foram elaboradas a partir de discussões das possíveis repercussões da revolta escrava de São Domingos (Haiti) no Brasil. Enfatiza-se, no primeiro momento, a revolta escrava naquele país, no final do século XVIII, e, no segundo momento, as discussões de alguns intelectuais luso-brasileiros sobre o regime de trabalho escravo e as possíveis repercussões advindas da Revolta.



A revolta escrava em São Domingos

Ao final do século XVIII e início do século XIX, durante a denominada Era das Revoluções, a Revolução Francesa, difundindo ideias de liberdade, que promoveram um debate intenso sobre os direitos dos homens e das nações à liberdade e sobre o direito dos diversos grupos sociais à participação política, incentivou transformações que assolaram o mundo atlântico e influenciaram profundamente as sociedades modernas.

Em São Domingos, naquela época, a maior colônia francesa da América Central e uma das maiores produtoras mundiais de açúcar, a Revolução Francesa estimulou os anseios dos diferentes segmentos de uma sociedade hierarquizada pelo regime de produção escravista. Fazendeiros brancos, proprietários mulatos e escravos negros, todos perceberam a conjuntura política interna como uma oportunidade de mudança social.

Os brancos, que discutiam diferentes propostas de autogoverno, opunham-se à participação dos proprietários mulatos na vida política. Em 1777, proibiram que filhos de mulatos fossem educados na França e, em 1778, proibiram o casamento entre mulatos e brancos. Aos mulatos também estavam vedados o exercício de cargos públicos, a ocupação de cargos de responsabilidade na Igreja e no exército, a utilização de vestimentas similares às dos brancos e se lhes impunham lugares específicos nos templos religiosos e nos teatros. Para os mulatos, a Revolução Francesa significou, portanto, uma oportunidade de garantia de direitos civis, enquanto para os escravos negros o momento político representava uma ocasião propícia para lutar pela liberdade.

Na França revolucionária, os temas das liberdades básicas e da participação política também estavam sendo discutidos e assuntos que envolviam as colônias eram debatidos e problematizados. Algumas instituições autônomas, como a *Amis des Noirs*, promoviam campanhas em defesa da abolição e do direito dos negros à participação política. No



contexto desses debates, os Estados Gerais de Paris concederam o direito de voto aos homens de cor livres das Índias Ocidentais. Em São Domingos, entretanto, os proprietários brancos não reconheceram a decisão e iniciaram um conflito aberto contra os mulatos (KLEIN, 1987, p. 106).

Em 1791, à mesma época que se desencadeava o conflito entre proprietários brancos e mulatos, os escravos das plantações de açúcar da planície do norte, maior centro de produção açucareira da ilha, desencadearam uma rebelião. Cerca de dois mil brancos e dez mil escravos foram mortos em toda a planície durante os primeiros meses do levante. A luta prosseguiu até 1794, quando os escravos ocuparam *Cap Français* e o exército local proclamou a emancipação provisória. Nos anos seguintes, a Inglaterra invadiu São Domingos. Em 1800, represas que forneciam água para a irrigação das planícies desmoronaram, prejudicando a produção açucareira. Em 1804, ao fim de um período de lutas intensas dos colonos contra o exército napoleônico, que tentava restaurar a escravidão (abolida em 1793, durante o período jacobino da Revolução Francesa), a colônia declarou a sua independência, suprimindo definitivamente a escravidão na ilha e alterando o nome do novo país para Haiti (KLEIN, 1987, p. 106).

Como consequência das guerras e do processo de emancipação política, o Haiti perdeu espaço no mercado internacional, onde detivera, no período anterior à guerra, a condição de maior produtor mundial de açúcar. Outras grandes regiões produtoras de açúcar e importantes praças comerciais, como Cuba, Jamaica e Brasil, foram privilegiadas pelo retraimento do Haiti no cenário econômico internacional e ocuparam o seu espaço. Com a desaparecimento da concorrência promovida pela antiga colônia de São Domingos, os preços do açúcar aumentaram e o mercado se expandiu. Na época, o café também se tornou um produto de grande comercialização, situação que beneficiou Cuba, Jamaica, Porto Rico e Brasil (KLEIN, 1987, p. 107). Com a expansão das plantações de cana-de-



açúcar e de café, houve aumento da utilização de mão de obra escrava nas grandes regiões produtoras. Entre 1790 e 1830, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, maior área de convergência do tráfico negreiro, cerca de 687.945 escravos – 123.590 somente de 1828 a 1830, últimos anos do tráfico legal de escravos no Brasil (REIS, 2000, p. 245). A abolição da escravidão em São Domingos fomentou a demanda por mão de obra escrava em outras regiões agroexportadoras, nas primeiras décadas do século XIX.

As consequências da independência do Haiti não provocaram mudanças somente no mercado internacional, promoveram, nas áreas que utilizavam mão de obra escrava, um recrudescimento das leis escravistas e um aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos escravos. Segundo Herbert S. Klein, “de Virgínia ao Rio Grande do Sul, leis mais rígidas, uma atitude menos tolerante com os homens de cor e um medo generalizado de revoltas escravas mostraram ser o legado social e político da experiência haitiana” (KLEIN, 1987, p. 107).

Para os escravos das Américas, a revolta negra do Haiti representou o modelo de um movimento de libertação vitorioso. No Haiti, os escravos haviam conquistado a independência do país e a abolição da escravidão, enfrentando, durante o conflito, invasões da Inglaterra, da França e dos exércitos coloniais. Em todas as sociedades americanas, o exemplo haitiano atemorizou os brancos, enquanto inspirava os escravos e os libertos negros e mulatos (KLEIN, 1987, p. 108).

Para os plantadores de diferentes sociedades onde a mão de obra escrava era largamente utilizada, a história recente do Haiti exemplificava a capacidade dos escravos para se revoltarem contra os seus senhores e, inclusive, inverter os papéis sociais. Nas primeiras décadas do século XIX, a emancipação da ex-colônia francesa foi entendida como algo execrável e, principalmente, um perigo que poderia se repetir caso não fossem tomadas novas medidas em relação ao trato e à comercialização dos escravos negros. São Domingos conferiu importância à questão negra e



aos problemas sociais e políticos que poderiam advir de uma revolta escrava.

Reflexões Intelectuais sobre a escravidão no Brasil

No Brasil, grande utilizador de mão de obra escrava, a difusão das ideias revolucionárias francesas era profundamente temida. Intelectuais luso-brasileiros das primeiras décadas do século XIX, como Frederico Leopoldo Burlamaque, João Severiano Maciel da Costa, Domingos Alves Muniz Barreto e José Bonifácio de Andrada Silva, analisaram os males do sistema escravista e definiram a revolta como um dos principais problemas decorrentes da escravidão.

Segundo João José Reis:

Haitianismo se tornou expressão que definiria a influência daquele movimento sobre a ação política de negros e mulatos, escravos e livres nos quatro cantos do continente americano (...). Em 1805, apenas um ano após a proclamação da independência haitiana por Jean Jacques Dessalines, seu retrato decorava medalhões pendurados nos pescoços de milicianos negros no Rio de Janeiro. (REIS, 2000, p. 248)

No Brasil, a experiência haitiana influenciou diferentes movimentos políticos. Durante a Revolução Pernambucana, em 1817, negros e mulatos, inspirados pelo exemplo do Haiti, insinuaram tendências de revolução social. Em 1824, durante a Confederação do Equador, também em Pernambuco, soldados pardos distribuía pasquins contendo versos haitianos (REIS, 2000, 249).

Ao final do século XVIII e início do século XIX, período caracterizado pela expansão das áreas de produção agroexportadora, pelo aumento do volume do tráfico negreiro e, conseqüentemente, pelo crescimento da população cativa do Brasil, tornaram-se mais frequentes as revoltas de escravos, como na Bahia. Os motivos das revoltas variavam. Algumas almejavam à destruição do regime escravocrata,



outras pretendiam apenas melhorar as condições de trabalho. Em 1789, em Santana de Ilhéus, os escravos se revoltaram, mataram o feitor e se refugiaram nas matas com os instrumentos do engenho. Os revoltosos reivindicavam acesso a roças de subsistência, facilidades para comercializar os excedentes dessas roças, direito de escolher os feitores, permissão para celebrar festas (REIS, 2000, p. 246).

No Brasil, a Revolução de São Domingos influenciou a reflexão intelectual sobre a escravidão: a revolta escrava foi definida com um acontecimento que deveria ser evitado a todo custo. O grande temor de João Severiano era ver “a África transplantada para o Brasil e a classe escrava nos termos da mais decidida preponderância” (Costa, 1988, p. 21).

A preponderância dos escravos era frequentemente, evidenciada nas rebeliões ou nas fugas que promoviam e, principalmente, na formação dos quilombos. Na primeira metade do século XIX, as revoltas de escravos na Bahia ocorreram em número vinte vezes superior ao do período anterior (REIS, 2000, p. 246).

Burlamaque demonstrava a sua preocupação com os escravos afirmando o seu medo de que “esta parte da população” se multiplicasse “em uma proporção tal que a sua segurança [da população branca]” ficaria “cada vez mais comprometida e tanto mais, pois que tudo tende a diminuir a população branca” (BURLAMAQUE, 1988, p. 161). Citando Charles Comte, Burlamaque refere-se à ilha de São Domingos como emblema do problema que um crescimento descontrolado do número de escravos poderia gerar:

No tempo em que a ilha de São Domingos era possuída por homens da raça europeia, a perda dos indivíduos possuídos chegava todos os anos a um vigésimo e os acidentes a faziam subir à décima quinta parte. Assim, os Possuidores de homens desta colônia fundavam a sua renda sobre a distribuição anual de 30.130 pessoas e sobre os suplícios e privações que sofriam 450 mil. No decurso de um século, o número de seres humanos destruídos subia, portanto, a mais de três milhões, sem contar um número ao menos igual de indivíduos que era necessário massacrar na costa da África para obter-se



completo número de escravos. São Domingos, diziam, era a rainha das colônias. (BURLAMAQUE, 1988, p. 161)

Para a elite luso-brasileira, o crescimento da população negra significava um perigo constante de revolta e uma ameaça ao poder. Severiano manifestava a preocupação com uma indagação:

Se felizes circunstâncias têm até agora afastado de nossas raias a empestada atmosfera que derramou ideias contagiosas de liberdade e quimérica igualdade nas cabeças dos africanos das colônias francesas, que as abrasaram e perderam, estaremos nós intensa e eficazmente preservados? (COSTA, 1988, p. 22)

Na resposta negativa à pergunta, evidenciava-se o medo de uma revolta:

O que parece de difícil remédio é uma insurreição súbita, assoprada por um inimigo estrangeiro e poderoso, estabelecido em nossas fronteiras e com um pendão de liberdade arvorado ante suas linhas (Costa, 1988, p. 22).

Para Bonifácio, o aumento do número de escravos configurava um problema político, uma ameaça ao Estado:

Se o mal está feito, não o aumentemos, senhores, multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, desses vis escravos que nada têm que perder, antes tudo que esperar de alguma revolução, como a de São Domingos, ouvi, pois, torno a dizer, os gemidos de cara pátria que implora socorro e patrocínio (Silva, 1988, p. 75).

O tema do crescimento do contingente de escravos apresentava-se nos discursos dos intelectuais luso-brasileiros como uma ameaça à ordem pública. No início do século XIX, os escravos contabilizavam cerca de 25 a 30 por cento da população total. Em algumas áreas, entretanto, em decorrência de diferenças regionais, a percentagem da população escrava era maior, como na Bahia e no Rio de Janeiro (FLORENTINO, 1997).

Outro assunto analisado pelos intelectuais no Brasil era a ameaça que os escravos representavam à segurança da sociedade. A ideia do



perigo e da ameaça negra estava associada a tópicos morais, sociais e econômicos.

Numa sociedade na qual grande parte da população era formada por negros, a segurança dos brancos era um tema de suma importância. No Rio de Janeiro, por exemplo, o número da população escrava era de quase 80 mil indivíduos, no início do século XIX (REIS, 2000, p. 244). Como os negros eram considerados selvagens e brutos, os fazendeiros demonstravam uma grande preocupação em se defender de eventuais levantes de escravos.

Conquanto o escravo constituísse, no âmbito da produção, o elemento mais importante das relações de trabalho, a representação do negro como um inimigo estava largamente difundida ao início do século XIX. Os brancos concebiam o negro como um estrangeiro que, retirado da África, não integrava a sociedade. Limitado à função de servir aos brancos como mão de obra, o escravo não tinha um espaço social, uma função como um membro do todo social.

No ordenamento de uma sociedade fundamentada na escravidão, a desigualdade social era naturalizada. No entanto, a existência da escravidão contradizia os princípios morais de uma sociedade comercial, onde cada elemento deveria possuir um lugar político de direito. Embora o escravo fosse de grande importância para as relações mais amplas no interior da sociedade luso-brasileira, sobretudo no âmbito das relações de trabalho, por meio das quais sustentava a sociedade, não lhe eram assegurados direitos políticos (JANCSÓ, 1999, p. 141).

A sociedade luso-brasileira convivia com uma contradição entre a abstração de uma ordenação social e a realidade escravista. A existência da escravidão e de homens marcados pela origem escrava (negros, mestiços, libertos), os quais estavam destituídos de direitos políticos, caracterizava a fratura do mundo moral da organização social (JANCSÓ, 1999, p. 141).



Analisando a sociedade luso-brasileira, João Severiano compreendia que os escravos formavam uma “população heterogênea, desligada de todo vínculo social e, por sua mesma natureza e condição, inimiga da classe livre” (COSTA, 1988, p. 13). O autor baseava os argumentos contra a escravidão na suposta incapacidade dos escravos para estabelecer vínculos sociais. Entretanto, a experiência histórica demonstra a existência de laços de afetividade estabelecidos pelos escravos. Exemplos destacados da realidade desses laços foram as confrarias, as irmandades e os folguedos escravos, espaços onde as identidades e as solidariedades coletivas eram potencializadas “através de símbolos e rituais que reafirmavam os valores étnicos do grupo negro” (REIS, 2000, 259).

Para Severiano, os escravos eram naturalmente inimigos dos brancos, pela própria condição de escravos à qual estavam submetidos. A instituição da escravidão incluía a prática de maus tratos e de castigos que potencializavam o ódio que os escravos sentiam em relação aos seus senhores, estimulando um sentimento de vingança.

A segurança social, na avaliação de Bonifácio, dependia da formação de uma sociedade homogênea de interesses convergentes, ou seja, uma formação social predominantemente branca, na qual todos possuíssem direitos civis e participação política. O Brasil, porém, era uma sociedade heterogênea, habitada “por uma multidão de escravos brutais e inimigos” (SILVA, 1988, p. 63). Os negros, como indivíduos fisicamente diferentes, estrangeiros e destituídos de direitos civis, não contribuíam para a consolidação da formação social. Como os interesses dos brancos e dos negros não convergiam, estava instaurada a heterogeneidade social que poderia resultar na “convulsão política” (Silva, 1988, p. 64). Como a divisão de interesses entre a elite agrária haitiana possibilitou o assalto revolucionário negro, Bonifácio exortava a elite:

Pelejemos denodadamente a favor da razão e humanidade e a favor de nossos próprios interesses, embora contra vós uive e ronque o



egoísmo e a vil cobiça, sua perversa indignação e seus desentoados gritos sejam para nós novos estímulos de triunfo, seguindo a estrada limpa da verdadeira política (SILVA, 1988, p. 75).

Domingos Alves Muniz Barreto observava que a agricultura do Brasil dependia da mão de obra escrava, mas, consciente dos problemas decorrentes da escravidão, considerava que era preciso “mostrar o verdadeiro rumo que pode salvar a nau do Estado do naufrágio que a ameaça” (Barreto, 1988, p. 89). Com a preocupação de preservar a segurança do Estado e a prosperidade da agricultura, Barreto defendia que a libertação dos escravos fosse realizada gradualmente, para não haver prejuízos à ordem estabelecida. Ao contrário dos demais autores analisados, Barreto, ponderando sobre a importância do sistema escravista para a economia do Brasil, não condenava totalmente a escravidão e criticava os por ele denominados “regeneradores da humanidade”, os apologistas da abolição. (Barreto, 1988, p. 94).

Burlamaque entendia que a escravidão, de modo geral, impedia o desenvolvimento intelectual dos escravos:

[Em] países de escravidão, não somente os senhores são incapazes de desenvolver as faculdades intelectuais dos escravos, mas têm uma tendência natural a evitarem este desenvolvimento, pois que a necessidade da segurança, mais forte que a paixão da avareza, os obriga a torná-los mais estúpidos possível (BURLAMAQUE, 1988, p. 138).

A preocupação com a educação dos escravos assumia relevância porque, conforme as ideias e os temores da época, o aperfeiçoamento intelectual poderia fornecer aos cativos instrumentos para criticar a própria condição social e para investir contra os seus senhores, desencadeando um possível levante negro.



Considerações Finais

Na primeira metade do século XIX, ideias sobre a segurança da população e a defesa do Estado integraram o debate intelectual acerca da sociedade do Brasil e do Estado nascente. A corrupção dos costumes, causada pela introdução de negros africanos, e os males provocados pela heterogeneidade social foram tópicos constantes nas reflexões sobre o futuro do Brasil, que preconizavam para o país males devastadores, decorrentes das possibilidades de africanização e de haitianização da sociedade, perspectivas constantemente ampliadas pelos levantes organizados de negros escravos e libertos.

Os diagnósticos dos intelectuais luso-brasileiros, dentre eles Burlamaque, Muniz Barreto e Severiano Macial, representaram, em parte, as aspirações e os temores dos senhores de escravos, que, em diversas ocasiões, recorreram ao Estado para dissolução de revoltas escravas.

Os ilustrados luso-brasileiros demonstravam apreensão com a introdução de africanos no Brasil: os escravos eram considerados um perigo para o Estado. O temor relacionava-se principalmente às ameaças de rebeliões e de revoltas escravas. A Revolução Haitiana potencializou os medos da elite branca diante da possibilidade de um avanço negro no Brasil, como ocorrera nas Antilhas. Contudo, a divulgação e o impacto do ideário haitiano nas Américas e na Europa permanece um assunto pouco pesquisado, constituindo uma lacuna a ser preenchida.

Outra preocupação da intelectualidade luso-brasileira era a formação de uma população homogênea. Segundo Maciel da Costa e Burlamaque, para que o Brasil se tornasse uma sociedade civilizada, era preciso enfrentar o problema da escravidão. Pelos parâmetros do ideal de civilização construído pela tradição europeia, os negros não podiam ser considerados indivíduos civilizados.



REFERÊNCIAS

BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. *Memória sobre a abolição do comércio da escravatura*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Ministério da Justiça (1ª edição: 1837), 1988

BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Ministério da Justiça (1ª edição: 1837), 1988.

COSTA, João Severiano Maciel. *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Ministério da Justiça (1ª edição: 1821), 1988.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

JANCSÓ, István. "Peças de um Mosaico". In MOTA, Carlos Guilherme (org.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo, SENAC, 2000.

KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

REIS, João José. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade': a resistência negra no Brasil oitocentista". In MOTA, Carlos Guilherme (org.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo, SENAC, 2000.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Ministério da Justiça (1ª edição: 1825), 1988.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, Abril Cultural (1ª edição: 1776), 1983.